Esta Lei foi revogada pelo artigo 283 da Lei Complementar nº 839, de 30/12/2005

# LEI Nº 01/72

DISPÕE SÔBRE ANOVA REDAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÀRIO DO MUNICÍPIO DE MERIDIANO, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1966.

DONATO MARCELO BALBO, Prefeito Municipal de Meridiano, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - O código Tributário do Município de Meridiano, de 31 de dezembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

## Parte Geral

### TÍTULO I - CAPÍTULO I
### Dos Tributos do Município

Artigo 2º - Êste Código dispõe sôbre os fatos - geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais estabelece normas de direito fiscal a êles pertinentes.

Artigo 3º - Integram o sistema tributário do Município:

I - Os impostos:
- a) - sôbre a propriedade territorial urbana;
- b) - sôbre a propriedade predial urbana;
- c) - sôbre serviços de qualquer natureza.

II - As taxas;
- a) - decorrentes das atividades do poder de polícia - do município;
- b) - decorrentes de atos relativos a utilização efetiva ou potencial do serviços públicos municipais- específicos e divisíveis.

III - A contribuição de melhoria.

### CAPÍTULO II
### Da Legislação Fiscal

Artigo 4º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada com contribuinte ou resposável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude dêste código ou lei subsequente.

Artigo 5º - As tabelas de tributos, anexas a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas.

## CAPÍTULO III

### Da Administração Fiscal

Artigo 6º - Tôdas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a êle subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento.

Artigo 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos serm prejuízo de rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º - Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que, dolosamente ou por descaso, lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Artigo 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modêlos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscallização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Artigo 9º - São autoridades fiscais, para efeito dêste código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

## CAPÍTULO IV

### Do Domicílio Fiscal

Artigo 10º - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo êste conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direitos públicos o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Artigo 11º - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão tôda mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

## CAPÍTULO V

### Das Obrigações Tributárias Acessórias

Artigo 12º - Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I - apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas dêste Código e dos regulamentos fiscais;

II - comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária;

III - conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto nêste artigo.

Artigo 13º - O fisco poderá requisitar a terceiros, e êstes ficam obrigados a fornecer-lhe, tôdas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuido ou que devam conhecer, salvo quando por fôrça de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a êsses fatos.

§ 1º - As informações obtidas por fôrça dêste artigo têm carater sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interêsses fiscais da União, do Estado e dêste Município.

§ 2º - Constitui falta grave, punível nos têrmos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

## CAPÍTULO VI

## Do lançamento

Artigo 14º - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a indentificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Artigo 15º - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nêste Código.

Artigo 16º - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos créditos de apuração da base de cálculo, estabelecidos novos métodos de fiscalização, ampliado os podêres de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O dispôsto nêste artigo não se aplica aos impôstos lançados por períodos certos de tempos, desde que a lei tributária respectiva fixa expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.

Artigo 17º - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo Único - A omissão ou êrro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem que qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 18º - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes no Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na formae nas épocas estabelecidas nêste Código e em regulamento.

Parágrafo Único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessári e ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Artigo 19º - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I - quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos os errôneos os fatos consignados;

II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatòriamente, no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativ

Artigo 20º - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que contituam matéria tributável;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal.

V - requisitar o auxílio da Fôrça Pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligência inclusive inspeções necessárias ao registros dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único - Nos casos a que se refere o número dêste artigo, os funcionários lavrarão têrmo da diligência do qual constarão especificadamente os elementos examinados.

Artigo 21º - O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso para servir como guia de pagamento.

Artigo 22º - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar êrro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.

Artigo 23º - Os lançamentos efetuados de ofício, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face de superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Artigo 24º - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente.

Artigo 25º - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, afim de apurar os seus fatos geradores e bases de cálculo.

Artigo 26º - Independentemente do contrôle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade durante determinado período, quando houver dúvida sôbre a exatidão do que fôr declarado para efeito dos impostos de competência do município.

## CAPÍTULO VII

## Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Artigo 27º - A cobrança dos tributos far-se-á:

I - pagamento direto à bôca do cofre, ou através - rêde bancária;

II - por processo amigável;

III - mediante ação executiva.

§1º - A cobrança pagamento direto à bôca do cofre, ou através rêde bancária, far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos nêste Código, nas leis e nos regulamentos fiscais.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento direto à bôca do cofre, ou através rêde bancária, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por cento), acrescidas de juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mes ou fração, sôbre a importância devida até seu pagamento.

Artigo 28º - Nenhum recolhimento de tributo será - efetuado sem que se expeça a competente guia de conhecimento.

Artigo 29º - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Artigo 30º - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidàriamente, o servidor culpado, - cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 31º - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa - ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

## CAPÍTULO VIII

## Da Restituição

Artigo 32º - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento expontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código, ou da natureza ou - das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - Êrro na indentificação do contribuinte, na determinação da aliquota aplicável, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou recisão de decisão condenatória.

Artigo 33º - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referênte a infrações de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Artigo 34º - O direito de pleitear a restituição de impôsto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples êrro de cálculo, ou de três anos nos demais casos, contados;

I - nas hipóteses previstas nos ítens I e II do artigo 32º , da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese prevista no ítem III, do artigo 32º da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, no transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 35º - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados, por motivo de êrro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Artigo 36º - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escritura ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Artigo 37º - Os processos de restituição serão obrigatòriamente informados, antes de receberem despacho pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.

## CAPÍTULO IX

## Da Prescrição

Artigo 38º - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como a sua revisão, prescreve em 05 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo Único - O decurso do prazo estabelecido nêste artigo interrompe-se com a notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou a sua revisão, começando de nôvo a correr da data em que se operou a notificação.

Artigo 39º - As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 05 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual aquêles se tornarem devidos.

Artigo 40º - Interrrompe-se a prescrição da dívida fiscal;

I - por intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funicionário fiscal, para pagar a dívida;

II - pela concessão de prazos especiais para êsse fim;

III - pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Artigo 41º - Cessa em 05 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a êste Código.

## CAPÍTULO X

## Das Imunidades e Isenções

Artigo 42º - Os impostos municipais não incidem sôbre: (Constituição do Brasil)

I - O patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

IV - e papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros;

V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

§1º - O dispôsto no ítem I, dêste artigo, é extensivo as autarquias, tão sòmente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.

§ 2º - O dispôsto nêste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral fôr por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interêsse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àquêles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social sòmente gozarão da imunidade mencionada no Ítem III, dêste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Artigo 43º - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinados, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamentos.

Artigo 44º - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois têrços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Artigo 45º - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram será a isenção obrigatòriamente cancelada.

Artigo 46º - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as expresssadamente estabelecidas nêste Código.

## CAPÍTULO XI

## Da Dívida Ativa

Artigo 47º - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas , contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscritas na repartição arrecadadora competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei por decisão final proferida em processo regular.

Artigo 48º - Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Artigo 49º - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuintes.

Parágrafo Único - Independentemente, porém, do término de exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

Artigo 50º - O município fará publicar, no seu órgão oficial, ou pelos meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e durante 05 (cinco) dias, relação contendo;

I - nome dos devedores e endereço relativo à dívida

II - origem da dívida e seu valor

Parágrafo Único - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial, à medida que forem sendo extraídas, as certidões relativas aos débitos.

Artigo 51º - O têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatòriamente;

I - O nome do devedor e, sendo do caso, ou de corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;

III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

IV - a data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo Único - A certidão devidamente autenticada, conterá além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da fôlha da inscrição.

Artigo 52º - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

I - legalmente prescritos;

II - de contribuintes que hajam, falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo Único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem aprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Artigo 53º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo.

Artigo 54 - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo dêste Código.

Artigo 55º - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, serão feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivães ou advogados, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo Único - A partir da data da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido êsse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Artigo 56º - As guias, que serão datadas e assinadas pelo emitente, conterão:

I - o nome do devedor e seu endereço;

II - o número da inscrição da dívida;

III - a importância total do débito e o exercício ou - período a que se refere;

IV - a multa, os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeito o débito.

Artigo 57º - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos - na dívida ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.

Parágrafo Único - Verificada, a qualquer tempo a inobservância do disposto nêste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

Artigo 58º - O disposto no artigo anterior se aplica também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débitos fiscal inscrito na dívida ativa, com ou - sem autorização superior.

Artigo 59º - É solidàriamente responsável como o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora e à correção monetária mencionados nos dois artigos - anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determina aquêlas - concessões salvo se o fazem em cumprimento de mandado judicial.

Artigo 60º - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva cessará a competencia do órgão fazendario para agir ou decidir quanto a ela, comprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

## CAPÍTULO XII

## Das Penalidades

### SEÇÃO 1ª
### Disposições Gerais

Artigo 61º - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a êste Código serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições municipais;

III - sujeição a regime especial de fiscalização

IV - suspensão ou concelamento de isenção de tributos.

Artigo 62º - A aplicação da penalidade de qualquer - natureza, de carater civil, criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e, das multas, da correção monetária e dos juros de mora.

Artigo 63º - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago o tributo de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa interpretação.

Artigo 64º - A omissão do pagamento do tributo e a - fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos têrmos da lei.

§ 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos - quais se possa admitir involutária a omissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata êste artigo.

§ 3º - Conceitua-se também como fraude o não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte e deva a seu próprio requerimento, formulado êste antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 08 (oito) dias - contados da data de entrada dêsse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Artigo 65º - A co-autoria e a cumplicidade, nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos dêste Código, implica aos que a praticarem em responderem solidàriamente com os autores pelo pagamento de tributo devido, ficando sujeitos às mesmas penas fiscais impôstas a êste.

Artigo 66º - Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição dêste código pela mesma pessoa será - aplicada sòmente a pena correspondente à infração mais grave.

Artigo 67º - Apurado a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a daca uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Artigo 68º - A sanção às infrações das normas - estabelecidas nêste còdigo será, no caso de reincidência agravada de - 30% (trinta por cento).

Rarágrafo Único - Considera-se reincidência a repetição da infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Artigo 69º - A aplicação de multa não prejudicará a ação oriminal que, no caso, couber.

SEÇÃO 2ª

Das Multas

Artigo 70º - As multas serão impostas em gráu - mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

a) - a maior ou menor gravidade da infração

b) - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c) - os antecedentes do infrator com relação às disposições dêste Código e outras leis e regulamentos municipais.

Artigo 71º - É passível de multa de 01 (um) salário-mínimo regional, o contribuinte ou responsável que:

I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta:

II - deixar de fazer a inscrição, no Cadastro - Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeito à tributação - municipal;

III - apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal, com omissões ou dados inverídicos;

IV - deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

V - deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

VI - deixar de remeter à Prefeitura, em sendo - obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;

Artigo 72º - É passível de multa de 01 (um) salário-mínimo regional o contribuinte ou responsável que:

I - apresentar ficha de inscrição fora do prazo-legal ou regulamento;

II - negar-se a apresentar informação ou, qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III - deixar de cumprir qualquer outra obrigação - acessória estabelecida nêste Código ou em regulamento a êle referente.

Artigo 73º - As multas de que tratam os artigos-anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude e sonegação de tributos.

Artigo 74º - Ressalvadas as hipóteses do artigo-88º, dêste código, serão punidas com:

I - multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferiror, porém, a 5% (cinco por cento) do salário-mínimo regional, os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II - multa de importância igual a duas vêzes o valor do tributo, mas nunca inferior a 10% (dez por cento) do salário-mínimo regional os que sonegarem por qualquer forma, tributos devidos, se apurada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

III - multa de 01 (um) salário-mínimo regional a 05 (cinco) vêzes o valor dêste:

a) - os que viciarem ou falsificarem documentos-ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

b) - os que instruirem pedidos de isenção ou redução de impôsto, taxa ou contribuição de melhoria, com documentos falsos ou que contenham falsidade.

§ 1º - As penalidades a que se refere o ítem III serão aplicadas nas hipóteses emque não se puder efetuar o cálculo pela forma dos ítens I e II.

§ 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, - nos casos do ítem III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributarias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o - dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas.

a) - contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b) - manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) - remessa de informes e comunicações falsas - ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigações tributárias;

d) - omissão de lançamento nos livros, fichas, - declarações ou guias, de bens e atividades que contituam fatos geradores de obrigação tributária.

SEÇÃO 3ª

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Municipais

Artigo 75º - Os contribuintes que estiverem em débitos de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta - ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza - ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

SEÇÃO 4ª

Da Sujeição a Regime Especial de Fiscalização

Artigo 76º - O contribuinte que houver cometido - infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas nêste Código e em outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Artigo 77º - O regime especial de fiscalização de que trata êste capítulo será definido em regulamento.

SEÇÃO 5ª

Da Suspensão ou Cancelamento de Isenções

Artigo 78º - Tôdas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições - dêste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão, e no caso de reincidência, dela privada definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção - só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 68º dêste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação nesse sentido, devidamente comprovada, - feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos - prazos legais.

SEÇÃO 6ª

Das penalidades Funcionais

Artigo 79º - Serão punidos com multa equivalente - a 15 (quinze) dias do respectivo vencimento ou remuneração.

I - os funcionário que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada, na forma dêste Código;

II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem auto sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes - acarretar nulidade.

Artigo 80º - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Artigo 81º - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

TÍTULO II

Do Processo Fiscal

CAPÍTULO I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

SEÇÃO 1ª

Dos têrmos de Fiscalização

Artigo 82º - A autoridade ou funcionário fiscal - que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob - sua assinatura, têrmo circunstanciado do que apurar, do qual constará, - além de mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O têrmo se é lavrado no estabelecimento, ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do têrmo, autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados a infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

SEÇÃO 2ª

Da Apreensão de Bens e Documentos

Artigo 83º - Poderão ser apreendidas as coisas-móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugaresm ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código, em lei ou regulamento.

Parágrafo Único - Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Artigo 84º - Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elemento do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 95º dêste código.

Parágrafo Único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, aindicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se fôr idoneo, a juízo do autuante.

Artigo 85º - Os documentos apreendidos poderão a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja idispensável a êsse fim.

Artigo 86º - as coisas apreendidas serão restituidas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbritada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único - Em relação à matéria dêste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 119º e 121º dêste Código.

Artigo 87º - Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autado notificado, no prazo de 05 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Artigo 88º - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 08 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º - Esgotado o prazo de que trata êste artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Artigo 89º - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário, próprio, no qual ficará cópia a carbono, com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes:

I - nome do notificado;

II - local, dia e hora da lavratura;

III - descrição do fato que a motivou a indicação do dispositivo legal e fiscalização, quando couber;

IV - valor do tributo e da multa devidos;

V - assinatura do notificante.

Parágrafo Único - Aplicam-se a êste artigo as disposições constantes no parágrafos 1º a 4º do artigo 82º.

Artigo 90º - Considera-se convencido o débito fiscal o contribuinte que pagar tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Artigo 91º - não caberá notificação preliminar devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;

II - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando fôr manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar.

SEÇÃO 4ª

Da Representação

Artigo 92º - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoal pode, representar contra tôda ação ou omissão contrária às disposições dêste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Artigo 93º - A pepresentação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor, será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração

Parágrafo Único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, prepostos ou empregado do contribuinte quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Artigo 94º - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidadee, conformê couber, notificará preliminarmente o infrator, autuá-lo ou arquivará a representação.

## CAPÍTULO II
## Dos Atos Iniciais
### SEÇÃO I
### Do Auto de Infração

Artigo 95º - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;

II - referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização, em que se consignou, quando fôr o caso.

IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quizer assinar o auto, far-se-á menção desta circunstância.

Artigo 96º - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterá, também, os elementos dêste (artigo 84º e parágrafo único).

Artigo 97º - Da lavratura do auto será intimado o infrator;

I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Artigo 98º - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recibo;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, se for esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - quando por edital, no têrmo do prazo, contado êste da data da afixação ou publicação.

Art. o 99º - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente caso em que serão certificadas no processo e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 97º e 98º dêste Código.

### SEÇÃO 2ª
### Das Reclamações Contra Lançamentos

Artigo 100º - O contribuinte que não concordam com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Artigo 101º - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Artigo 102º - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Artigo 103º - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

CAPÍTULO III

Da Defesa

Artigo 104º - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Artigo 105º - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde corre o processo, contra recibo; apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.

Artigo 106º - Na defesa, o autuado alegará tôda a matéria que entender útil, indicará e requererá provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 03 (três).

Artigo 107º - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

CAPÍTULO IV

Das Provas

Artigo 108º - Findos os prazos a que se refere os artigos 104º e 105º dêste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a procuração das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.

Artigo 109º - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da fazenda, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Artigo 110º - ao autuado e ao autuante será permitido, sucessivamente, reunir as testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

Artigo 111º - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do têrmo da diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Artigo 112º - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

CAPÍTULO V

Da Decisão em Primeira Instância

Artigo 113º - Findo o prazo para produção de provas, ou perante o direito de apresentar a defesa, o processo será presente à autoridade julgadora que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dá vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 05 (cinco) dias a cada um, por alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá nôvo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

§ 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV e proseguindo-se na forma dêste capítulo, na parte aplicável.

Artigo 114º - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência de auto de infração ou da reclamação contra lançamento, definido expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Artigo 115º - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

## CAPÍTULO VI

## Dos Recursos

### SEÇÃO 1ª

### Do Recurso Voluntário

Artigo 116º - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interporto no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzida a defesa, nas reclamações contra lançamento.

Artigo 117º - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

### SEÇÃO 2ª

### Da Garantia de Instância

Artigo 118º - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado ao Prefeito, sem o prévio depósito de metade das quantias exigidas, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Parágrafo Único - São dispensados de depósitos, os servidores públicos que recorrerem de multas impostas com fundamento no artigo 83º dêste Código.

Artigo 119º - Quando a importância total do litígio exceder de 01 (um) vez o salário-mínimo regional, se permitirá a prestação de fiança para interposição de recurso voluntário, requerida no prazo a que se refere o artigo 116º dêste Código.

§ 1º - A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da Administração, ou pela caução de títulos da dívida pública.

§ 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa equiescência dêste e, se fôr casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º - A fiança mediante caução ter-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 08 (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para a liquidação do débito.

Artigo 120º - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando o protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

Parágrafo Único - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou comanditário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal

Artigo 121º - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 05 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se êste prazo fôr maior.

SEÇÃO 3ª

Do Recurso de Ofício

Artigo 122º - Das decisões de primeira instância, contrária, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal inclusive por desclassificassão da infração, será obrigatòriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de uma vez o salário-mínimo regional.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que de fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPÍTULO VII

Da Execução das Decisões Fiscais.

Artigo 123$ - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do contribuinte e, quando fôr o caso, também de seu fiador para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e em consequencia, receberem os títulos depositados em garantia de instância;

II - pela notificação do contribuinte para vir a receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multas.

III - pela notificação do contribuinte para vir a receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia de instância;

IV - pela notificação do contribuinte para vir a receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 87º e seus parágrafos, dêste Código;

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os ítens I, III, IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Artigo 124º - A venda de Títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidas as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, procoder-se-á, em tudo o que couber, de acôrdo com o artigo 123º, ítem IV, e com o § 3º de artigo 119º, dêste Código.

TÍTULO III

Do Cadastro Fiscal

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 125º - O cadastro Fiscal da Prefeitura Compreende:

I - o Cadastro Imobiliário;

II - o Cadastro dos Produtores, Industriais e - Comerciantes;'

III - o Cadastro dos Prestadores de Serviços de - Qualquer Natureza;

IV - o Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores;

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:

a) - os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;

b) - as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis;

§ 2º - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e do comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do Município, em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional.

§ 3º - O Cadastro de Prestadores deServiços de Qualquer Natureza compreende as emprêsas ou profissionais autônomos, - com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação Municipal.

§ 4º - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da - propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.

§ 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição - no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes seja facultado transitar em vias terrestres.

Artigo 126º - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aquêles que individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

Artigo 127º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 128º - A Prefeitura Poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de - atender a organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

## CAPÍTULO II

### Da Inscrição no Cadastro Imobiliário

Artigo 129º - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro imobiliário será promovido:

I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III - pelo compromissário comprador, nos casos - de compromisso de compra e venda;

IV - pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

V - de ofício, em se tratando do próprio federal estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI - pelo inventariante, síndico ou liquidante, - quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Artigo 130º - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade.

§ 3º - Não sendo feita inscrição no prazo estabelecido no § 1º dêste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital - convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências dêste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Artigo 131º - Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como - os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito o juízo e o cartório por onde corre a ação.

Parágrafo Único - incluem-se também na situação- prevista neste artigo o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 132º - Deverão ser obrigatòriamente comunicadas, à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, tôdas as - ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos títulos municipais.

Parágrafo Único - A comunicação a que se refere- este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Artigo 133º - A concessão de "HABITE-SE" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se compretará com a remessa de processo respectivo à repartição - fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

## CAPITULO III

### Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes,

Artigo 134º - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente - ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Artigo 135º - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

I - o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos- os atos de comércio, produção e indústria;

II - a localização do estabelecimento, seja na - zona urbana ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento- e da sala ou outro tipo de dependência ou séde, conforme o caso, ou de propriedade rural a êle sujeita;

III - as espécies principal e acessória da atividade;

IV - a área total do imóvel, ou de parte dêle, - ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;

V - outros dados previstos em regulamento.

Parágrafo Único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

a) quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;

b) quanto aos já existentes, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da vigência dêste código.

Artigo 136º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo Único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto nêste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 137º - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a fim de ser anotada no Cadastro.

Parágrafo Único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da variedade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria ou comercio.

Artigo 138º - Para os efeitos dêste capítulo considera-se estabelecimento o local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço

Artigo 139º - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

## CAPÍTULO IV

## Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.

Artigo 140º - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer Natureza será feita pelo responsável, em prêsa ou profissional autonomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços.

## CAPÍTULO V

## Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores.

Artigo 141º - A inscrição de veículos e aparelhos automotores no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize.

Parágrafo Único - A inscrição de que trata êste artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos automotores obrigados à comunicar à repartição competente, para êsse fim, tôdas as modificações que ocorrerem nas suas características, assim como transferências de posse ou domínio.

PARTE ESPECIAL

Do Impôsto Sobre a Propriedade Territorial Urbana

TÍTULO IV
CAPÍTULO I

Das Incidências, das Isenções e das Reduções

Artigo 142º - O imposto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, não construídos localizados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Para os efeitos dêste impôsto, entende-se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observando o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

a) meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

b) abastecimento de água;

c) sistema de esgotos sanitários;

d) rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

e) escola primária ou pôsto de saúde, a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior.

Artigo 143º - São isentos do impôsto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Artigo 144º - Aos proprietários de terrenos com área não inferior a 20.000 m2 (vinte mil metros quadrados), que nêles tenham promovido os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus aos cofres Municipais, poderão ser concedidas, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, reduções do Imposto devido, na forma seguinte:

I - canalização de água potável. . . . . 10%;

II - esgotos. . . . . 10%;

III - pavimentação . . . . . .10% ;

IV - canalização ou galerias para águas pluviais . . . . . 5%;

V - guias e sargetas . . . . . 5%

Parágrafo Único - A redução será proporcional à extensão de testada correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

Artigo 145º - O imPôsto Territorial constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ela relativos do compromissário comprador se êste estiver na posse do imóvel.

CAPÍTULO II

Da aliquota de Base de Cálculo

Artigo 146º - O impôsto Territorial urbano será cobrado na base de 1% (um por cento) sôbre o valor venla do terreno.

Artigo 147º - O valor venla do terreno será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos;

I - o valor declarado pelo contribuinte;

II - o índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel·

III - o prêço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;

IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;

V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Artigo 148º - Na determinação da base de cálculo não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Artigo 149º - O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e da Arrecadação

Artigo 150º - O lançamento do impôsto territorial urbano, sempre que possível, será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Artigo 151º - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferida para o nome dos sucessores, para êsse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos petencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - O lançamento de terrenos petencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços no registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome de premitente vendedor e do compromissário comprador, se êste estiver de posse imóvel.

Artigo 152º - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo Único - O lançamento será anual e recolhimento far-se-á no número de quotas que o regulamento fixar.

TÍTULO V

Do Impôsto Sôbre a Propriedade Predial Urbana

CAPÍTULO I

Da Incidência e das Isenções

Artigo 153º - O impôsto Predial tem como fator gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do município.

§ 1º - Consideram-se prédios, para os efeitos dêste artigo, tôdas as edificações ou construções que possam servir à habitação, ao uso ou recreio, seja qual fôr sua denominação, forma ou destino.

§ 2º - Para efeito dêste impôsto, entende-se como zona urbana a definida nos têrmos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 142º, dêste Código.

Artigo 154º - São isentos do impôsto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

CAPÍTULO II

Da Aliquota de Base de Cálculo

Artigo 155º - O impôsto será cobrado na base de 1% (um por cento) sôbre o valor venal da edificação ou construção, inclusive o valor do terreno.

Artigo 156º - O valor venla da edificação ou construção, serão calculado levando-se em conta os seguinte fatôres;

I - a área construída

II - o valor unitário da construção;

III - o estado de conservação da edificação

IV - localização.

Artigo 157º - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e Arrecadação

Artigo 158º - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sôbre a parte tributável excedente do terreno onde esteja situado o prédio, tomando-se por base a situação anterior e observando-se, no que couber, o dispôsto no capítulo III do título IV, dêste Código.

Parágrafo Único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados uma a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Artigo 159º - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

TÍTULO VI

Do Impôsto Sôbre os Serviços de Qualquer Natureza

CAPÍTULO I

Da Incidência

Artigo 160º - O impôsto sôbre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, no território do município, por emprêsa ou profissional autônomo, com que, por si só, não configure como impôsto de competência da União, e dos Estados.

Parágrafo Único - Para os efeitos dêste Impôsto considera-se serviço:

I - médicos, dentistas e veterinários;

II - enfermeiros, protéticos (prótese dentária) obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos;

III - laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica;

IV - hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica:

V - advogados ou provisionados;

VI - agentes da propriedade industrial;

VII - agentes da propriedade artística ou literária;

VIII - peritos e avaliadores;

IX - tradutores e intérpretes;

X - despachantes e escritório de contabilidade;

XI - economistas;

XII - contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade;

XIII - organização, programação, planejamento assessoria, processamentode dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados à terceiros e concernentes ao ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço);

XIV - datilografia, estenografia, secretaria e expediente;

XV - administração de bens ou negócios, inclusive os serviços executados pro instituições financeiras.

XVI - recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por êle contratados;

XVII - engenheiros, arquitetos, urbanistas;

XVIII - projetistas, calculistas, desenhistas técnicos;

XIX - execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou compreementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, que ficarem sujeitos ao I;C.M.)

XX - demolição, conservação e reparação de edifícios(inclusive elevadores nêles instalados) estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao I.C.M.);

XXI - limpeza de imóveis:

XXII - raspagem e lustração de assoalhos:

XXIII - desinfecção e higienização;

XXIV - lustração de bens móveis, (quando o serviço fôr prestado a usuário final do objeto lustrado):

XXV - barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de Salões de beleza;

XXVI - banhos, duchas, massagens, ginastica e congêneres:

XXVII - transporte e comunicações da natureza estritamente municipal:

XXVIII - diversões públicas

a) - teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, táxi-dancings e congêneres;

b) - expesições com cobrança de ingresso;

c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos

d) bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres.

e) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espctador, inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão.

f) execução de música, individualmente ou por conjuntos;

g) fornecimento de música mediante transmissão, por qualquer processo.

XXIX - organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos a I.C.M.);

XXX - agências de turismo, passeios e excursões - guias de turismo;

XXXI - intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos ítens LVIII e LIX, dêste artigo;

XXXII - agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluidos no ítem anterior e nos ítens LVIII e LIX, dêste artigo;

XXXIII - análises técnicas;

XXXIV- organização de feiras de amostras, congressos e congêneres;

XXXV - propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio;

XXXVI - armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda móveis e serviços correlatos;

XXXVII - depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras)

XXXVIII - guarda e estacionamento de veículos

XXXIX - hospedagem em hotéis, pensões e congêneres- ( o valor da alimentação, quando incluído no prêço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao Impôsto sôbre serviços);

XL - lubrificação, limpeza e revisão de máquinas aparelhos e equipamentos ( quando a revisão implicar em consêrto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no ítem XLI)

XLI - consérto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao Impôsto de circulação de mercadorias);

XLII - recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao impôsto de circulação de mercadorias);

XLIII - pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados à comercialização ou industrialização;

XLIV - ensino de qualquer grau ou natureza;

XLV - alfaiates, modistas, costureiros prestados ao usuário final, quando o material, salvo o de aviamente, seja fornecido pelo usuário.

XLVI - tinturaria e lavanderia.

XLVII - beneficiamento, lavagem, secagem tingimento galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização;

XLVIII - instalação e montagem de aprelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com material por êle fornecido (excetua-se a prestação do serviço do poder público, a autarquias, a emprêsas concessionárias de produção de energia elétrica);

IL - colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço;

L - estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de - "video-taps" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruidos, inclusive dubragem e "imagem"sonora;

LI - cópia de documentos e outros papéis, plantas e - desenhos, por qualquer processo não incluido no ítem anterior;

LII - locação de bens móveis:

LIII - composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;

LIV - guarda, tratamento e amestramento de animais;

LV - florestamento e reflorestamento;

LVI - paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução que fica sujeito ao I.C.M.)

IVII - recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;

LVIII - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros;

LIX - agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras e valores e sociedade de corretores, regularmente autorizadas a funcionar)

LX - encadernação de livros e revistas;

LXI - aerofotogrametria;

LXII - cobranças, inclusive de direitos autorais;

LXIII - distribuição de filmes cinematográficos e "video -taps".

LXIV - distribuição e venda de bilhetes de loterias;

LXV - emprêsas funerárias;

LXVI - taxidermista;

Artigo 161º - O imPôsto de serviços constantes dos ítens XIX e XX, parágrafo único, do artigo anterior, será calculado sôbre o preço deduzido das parcelas correspondentes, conforme;

I - o valor dosmateriais fornecidos pelo prestador - de serviços;

II - o valor das subempreitadas já tributadas pelo imPôsto;

Artigo 162º - A incidência independe:

I - da existência de estabelecimentos fixos;

II - do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa a atividade sem prejuízo das cominações cabéveis;

III - do resultado financeiro obtido;

Artigo 163º - O imPôsto não incide nas hipóteses de imunidades prescritas na Constituição Federal, observado, sendo o caso,- o disposto em lei complementar.

## CAPÍTULO II

## Da Aliquota e da Base de Cálculo

Artigo 164º - O impôsto será calculado sôbre o prêço do serviço ou sôbre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

Artigo 165º - O imPôsto serão calculado por meio de alíquotas percentuais, de acôrdo com a tabela I, anexa a êste Código.

§ 1º - Quando não se possa conhecer o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços ou quando os registros relativos ao impôsto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

II - fôlha de salarios pagos durante o ano, adicionadas de honorários e diretores e retiradas de proprietários, sócios gerentes:

III - 10% (dez por cento) do valor venla do imóvel ou parte dêle, e dos equipamentos utilizados pela emprêsa ou pelo profissional autônomo;

IV - as despesas com fornecimento de água, luz, fôrça, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte:

§ 2º - Na hipótese de cálculo efetuado na forma do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exibilidade do impôsto sôbre o respectivo montante.

§ 3º - O montante do impôsto é considerado parte integrante e indissociável do preço referido nêste artigo, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, mera indicação de contrôle.

Artigo 166º - O preço dos serviços poderá ser arbitrado na forma que o regulamento dispuser, sem prejuízo das penalidades cabíveis, nos seguintes casos:

I - quando o sujeito passivo não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante:

II - quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declarado não fôr notòriamente inferior ao correspondente napraça:

III - quando o sujeito passivo não estiver inscrito na repartição fiscal competente.

Artigo 167º - Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselhar, a critério da Prefeitura, tratamento fiscal mais adequado, o impôsto poderá ser calculado por estimativa, para efeito de pagamento por verba, observadas as seguintes dondições:

I - com base em informações do sujeito passivo e em outros elementos informativos parcelando-se, mensalmente o respectivo montante para recolhimento em local, prazo e forma previstos em regulamento.

II - findo o exercício, ou suspensa, por qualquer motivo, a aplicação do sistema de que trata êste artigo, serão apurados o preço real dos serviços e o montante do tributo efetivamente devido pelo sujeito passivo, respondendo êste, pela diferença acaso verificada ou tendo direito restituição de excesso pago, conforme o caso;

III - independente de qualquer procedimento fiscal, e sempre de verificar que o preço total dos serviços excedeu a estimativa o contribuinte recolherá, no prazo regulamentar, o impôsto devido sôbre a diferença.

§ 1º - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de estabelecimentos ou por grupos de atividades.

§ 2º - A autoridade competente poderá, a seu critério, suspender, a qualquer tempo, a aplicação do sistema previsto nêste artigo, de modo geral individualmente ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento ou grupo de atividade.

Artigo 168º - Quando se tratar de prestação de serviço por profissional liberal ou por pequeno profissional o impôsto será calculado por aliquota fixa na tabela I, anexa, sem consideração à renda proveniente da remuneração dêsse trabalho.

## CAPÍTULO III

### Do Sujeito Passivo

Artigo 169º - Contribuinte do impôsto é o prestador de serviço.

Artigo 170º - O impôsto é devido, acritério da repartição competente:

I - pelo proprietário do estabelecimento ou do veículo de aluguel, a frete, ou de transporte coletivo, no território do Município;

II - pelo locador ou cedente do uso de bem móvel ou imóvel;

III - por quem seja responsável pela execução da obra referida nos ítens XIX e XX, parágrafo único do artigo 150º, dêste código, incluidos nessa responsabilidade os serviços auxiliares e as subempreitadas;

IV - pelo subempreiteiro de obra referida no inciso anterior e pelo prestador de serviços auxiliares, tais como os de encanador, eletricistas, carpinteiro, marmorista, serralheiro e semelhantes.

Parágrafo Único - É responsável, solidàriamente com o devedor, o proprietário de obra nova, em relação aos serviços da construção que lhes fôrem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova do pagamento do impôsto pelo prestador do serviço.

Artigo 171º - Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do impôsto relativo aos serviços nêle prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer dêles.

## CAPÍTULO IV

### Da inscrição

Artigo 172º - O sujeito passivo é obrigado a inscrever cada um de seus estabelecimentos junto ao Cadastro Fiscal na repartição competente.

§ 1º - A inscrição será feita nos moldes previstos na forma de lançamento de Cadastramento Fiscal, desta municipalidade, no qual o sujeito passivo declarará sob sua exclusiva responsabilidade, todos os elementos exigidos pela Legislação Municipal.

§ 2º - Como complemento dos dados para inscrição, o sujeito passivo é obrigado a anexar ao formulário tôda documentação exigida pelo Cadastro Fiscal e a fornecer por escrito ou verbalmente, a critério da secção competente as solicitações que lhes fôrem solicitadas.

Artigo 173º - A inscrição é intransferível e será obrigatòriamente renovada pelo prazo fixado em regulamento sempre que ocorrer modificação nas declarações constantes dos formulários.

Artigo 174º - A transferência, a venda e o encerramento de atividade serão obrigatòriamente comunicados à secção competente, no prazo de 15 (quinze) dias, para efeito de cancelamento de inscrição.

Artigo 175º - Feita a inscrição a repartição competente fornecerá ao sujeito passivo um cartão de identificação devidamente numerado.

§ 1º - O número de inscrição apôsto no cartão referido neste artigo será impresso em todos os documentos fiscais emitidos pelo sujeito passivo.

§ 2º - No caso de extravio serão fornecidas, gratuitamente, novas vias ao interessado.

## CAPÍTULO V

### Da Escrita e Documentos Fiscais

Artigo 176º - O sujeito passivo fica obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos obrigados à inscrição, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Parágrafo Único - O regulamento estabelecerá os modêlos de livros fiscais, a forma e prazos para sua escrituração, podendo - ainda dispor sôbre a dispensa ou obrigatoriedade e manutenção de determinados livros,, tendo em vista a natureza dos serviços ou ramos de atividades dos estabelecimentos.

Artigo 177º - Os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento sob pretêxto algum, a não ser nos casos expressamente previstos, presumindo-se retidado o livro que não fôr exibido ao Fisco, quando solicitado.

Parágrafo Único - Os agentes fiscias arrecadarão, mediante têrmo, todos os livros fiscais encontrados fora do estabelecimento, e os devolverão ao sujeito passivo, após lavratura do auto de infração cabível.

Artigo 178º - Os livros fiscais, que serão impressos e de fôlhas numeradas tipogràficamente, sòmente serão usados depois de visados pela repartição fiscal competente, mediante têrmo de abertura.

Parágrafo Único - Salvo hipótese de início de atividade os livros novos serão visados mediante a apresentação dos livros - correspondentes a serem encerrados.

Artigo 179º - Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados, por quem dêles - tiver feito uso, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo Único - Para os efeitos dêste artigo, não tem aplicação qualquer disposição legal excludente ou limitativa do direito do fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acôrdo com o disposto no artigo 195º, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Artigo 180º - Por ocasião da prestação de serviço deverá ser emitida nota fiscal, com as indicações, utilização, e autenticação determinadas em regulamento.

Artigo 181º - O sujeito passivo é obrigado a manter talonário próprio para o atendimento das exigências previstas neste capítulo, consignando, num dos livros exigidos, o início do uso dos talões, com as suas respectivas numerações e séries.

Parágrafo Único - As emprêsas tipográficas que realizarem a impressão de notas fiscais são obrigadas a possuir livro para registo das que houverem fornecido.

Artigo 182º - O regulamento poderá dispensar a emissão de nota fiscal para estabelecimentos que utilizem sistemas de contrôle de seu movimento diário, baseado em máquinas, registradoras que expeçam cupons numerados seguidamente para cada operação, e que disponham de totalizadores.

Parágrafo Único - A autoridade fiscal poderá estabelecer a exigência de autenticação das fitas e da lacração dos totalizadores e somadores.

Artigo 183º - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o impôsto poderá ser recolhido mediante estampilhas, conforme dispuser o regulamento.

CAPÍTULO VI

Da Isenção

Artigo 184º - São isentos do Impôsto a prestação de serviços efetuados por:

I - os assalariados, como tais definidos pelas leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprêgo, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalho a terceiros;

II - os diretores de sociedades anônimas, po ações, e de economia mista, bem como outros tipos de sociedades civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas ou participantes;

III - os servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas respectivas legislações que os definam nessa situação ou condição:

IV - diretores e membros de Conselho Fiscal Consultivo ou administrativo de pessoas jurídicas;

V - proprietário profissional de uma única viatura, dirigida por êle próprio, sem qualquer auxiliar ou sócio;

VI - sapateiros remendões que trabalham individualmente, sem empregados e por conta própria;

VII - os engraxates ambulantes;

VIII - locadores de livros novos e usados;

- restaurantes, farmácias, cafés ou bares, quando mantidos por estabelecimentos, sindicatos, associações para fonecimento exclusivo a seus empregados ou associados;

X - administração ou empreitada de obras hidráulicas ou de construção civil contratados com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e emprêsas concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas subempreitadas;

XI - As emprêsas de cinema, companhias teatrais e circenses, e quaisquer outras, nos dias em que puserem à disposição da municipalidade suas casas, para inclusão em seus programas, de filmes ou exibições de interêsse da coletividade, ou nos dias em que pela mesma forma, forem proporcionados sôbre idênticos fins, ingressos gratuitos, aos menores abrigados das instituições locais, ou infância pobre;

XII - os espetáculos, festivais, quermesses, leilões, cujo produto total seja exclusivamente, destinado a fins culturais, esportivos, filantrópicos e religiosos;

XIII - a parte retirada da renda líquida que fôr destinada para os fins referidos no ítem anterior, dêste artigo;

XIV - as permanentes, fornecidas às autoridades pelas emprêsas, aos vereadores, à imprensa local falada e escrita, aos chefes de Departamentos fazendários federais, estaduais e municipais, de ferrovias, aerovias ou linhas regulares de ônibus, aos presidentes dos grêmios ou centros estudantis e aos funcionários da emprêsa e seus familiares;

XV - bailes e produtos dêstes, realizados por clubes associativos, dentro de suas normas estaruárias.

## TÍTULO V
## Das Taxas
### CAPÍTULO I
### Da Incidência e das Isenções

Artigo 185º - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte, ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo município as seguintes taxas;

I - de licença;

II - de expediente e de serviços diversos;

III - de serviços urbanos;

IV - de conservação de estradas de rodagem;

Artigo 186º - São isentos das taxas de serviços urbanos:

I - os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado.

II - os templos de qualquer culto.

Artigo 187º - São isentos da taxa de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

## CAPÍTULO LI

## Das Taxas de Licença

### SEÇÃO I

### Disposições Gerais

Artigo 188º - As taxas de Licença têm como fato gerador o poder de polícia do município na outorga de permissão para o exercício de atividade ou para a prática de atos dependentes, por natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Artigo 189º - As taxas de licença são exigidas para:

I - localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços na jurisdição do município;

II - renovação de licença para localização de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

III - funcionamento de estabelecimentos industriais e de prestação de serviços em horários especiais;

IV - exercício, na jurisdição do município, de comércio eventual ou ambulante;

V - execução de obras particulares;

VI - execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares;

VII - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;

VIII - publicidade;

IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

X - abate de gado fora do Matadouro Municipal.

Artigo 190º - Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços definidos nos artigos 134º e 140º, dêste Código.

### SEÇÃO II

### Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comercio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 191º - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indsútria ou prestação de serviços de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento das taxas devidas.

Artigo 192º - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião de abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.

Parágrafo Único - A taxa será cobrada na base de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o salário mínimo regional por metro quadrado do prédio onde instalar-se-á o estabelecimento.

Artigo 193º - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de fnscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para êsse fim no Título III, dêste Código.

Artigo 194º - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho, (expedindo-se Alvará respectivo).

Artigo 195º - A taxa de licença de que trata esta seção independe-se de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença: a licença inicial, concedida depois de 30 (trinta) de junho, será arrecadada pela metade.

SEÇÃO III

Da Taxa de Renovação de Licença para Localização de Estabelecimento de Produçaõ, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 196º - Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos de produção, indústria, comércio ou prestação de serviços estão sujeitos, anualmentes, à taxa de renovação de licença para localização.

Artigo 197º - A taxa de renovação de licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria e prestação de serviços será cobrada na conformeidade do respectivo regulamento e de acôrdo com a tabela nº II, anexa.

Artigo 198º - O alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de nôvo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Artigo 199º - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar de posse do Alvará de que trata o artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Parágrafo Único - O alvará de licença será conservado em lugar visível.

Artigo 200º - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato de autoridade competente.

§ 1º - A interdição será procedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

Artigo 201º - Far-se-á, anualmente, o lançamento da taxa de renovação de licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

SEÇÃO IV

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horários especiais.

Artigo 202º - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Artigo 203º - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano, de acôrdo com a tabela nº III anexa a êste Código, e arrecadada antecipadamente e independentemente de lançamento.

Artigo 204º - É obrigatória a fixação, junto do Alvará de licença de localização em local visível e acessível à fiscalização, do comprovante de pagamento da Taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente êsse horário sob pena das sanções previstas nêste Código.

SEÇÃO V

Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante.

Artigo 205º - A taxa de licença para o exercício eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião dos festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, taboleiros e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Artigo 206º - Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.

Artigo 207º - A taxa de que trata esta seção será cobrada de acôrdo com a tabela nº III, anexa a êste Código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos;

I - antecipadamente, quando por dia;

II - até o dia 05 (cinco) do mês em que fôr devida, quando mensalmente;

III - durante o primeiro mês do semestre em que fôr devida, quando por ano.

Artigo 208º - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação do solo.

Artigo 209º - é obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - Não se inclui na exigência dêste artigo os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos ou comomorações, explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por êle exercida.

Artigo 210º - Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da Taxa, destinado a basear a cobrança desta.

Artigo 211º - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 212º - São isentos da taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante;

I - os cegos mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

I - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III - os engraxates ambulantes.

SEÇÃO VI

Da Taxa de licença para Execução de Obras Particulares

Artigo 213º - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áres urbanas do município.

Artigo 214º - Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra, de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Artigo 215º - A taxa de licença para a execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela nº IV, anexa a êste Código.

Artigo 216º - São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou gradis;

II - a construção de passeios, quando o tipo aprovado pela Prefeitura;

III - a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

SEÇÃO VII

Da taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos em Terrenos Particulares.

Artigo 217º - A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da lei mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.

Artigo 218º - Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta seção.

Artigo 219º - A licença concedida constará de Alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador com referência a obras de terraplenagem e urbanização.

Artigo 220º - A taxa de que trata esta seção será cobrada de conformidade com a tabela nº IV, anexa a êste código.

SEÇÃO VIII

Da Taxa de Licença para Publicidade

Artigo 221º - A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do município bem como nos lugares de acesso ao público fica sujeita à prévia licença da Prefeitura, e quando fôr o caso, ao pagamento da taxa devida.

Artigo 222º - Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos, volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes, e propagandistas;

Parágrafo Único - Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao públicos, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis da via pública.

Artigo 223º - Respondem pela observância das distribuições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, as quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Artigo 224º - Sempre que a licença depender de requerimento, êste deverá ser intruído com a descrição da posição, da situação, das côres, dos dizeres, das alegorias, e de outras características do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não for propriedade do requerênte, deverá êste juntamente com o requerimento apresentar a autorização do proprietário.

Artigo 225º - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, um número de indentificação fornecido pela repartição competente.

Artigo 226º - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando, por isso, sujeitos a revisão da repartição competente.

Artigo 227º - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela nº VI, anexa a êste Código.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10 % (dez por cento) da taxa, os anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas, bem como os redigios em língua estrangeira.

§ 2º - A taxa será paga adiantadamente por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 228º - São isentos da taxa de licença para publicidade:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;

III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrinas internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de rádio-difusão.

SEÇÃO IX

Da Taxa de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos.

Artigo 229º - Entende-se por ocupação do solo, aquela feita mediante instalação provisória de balção, barraca, mesa, tabuleiro, quiósque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósito de materiais fins comerciais, ou de prestação de serviços estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

Parágrafo ùnico - A taxa será cobrada conforme Tabela Anexa VII.

Artigo 230º - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção.

SEÇÃO X

Da Taxa de Licença para o abate de BOVINO, CAPRINO SUINO e etc., no MATADOURO MUNICIPAL e fora do MATADOURO MUNICIPAL.

Artigo 231º - É proibido matar bovino, suino, caprino ovino e etc., para o consumo da população, a não ser no Matadouro Municipal, salvo caso de força maior, em que o Prefeito poderá conceder licença designando lugar apropriado.

Artigo 232º - Nenhum dos referidos animais poderá ser entregue ao consumo sem prévia autorização do administrador do Matadouro ou fiscal.

Artigo 233º - O Matadouro Municipal é o único lugar em que é permitido, dentro do perímetro urbano e suburbano da cidade abater-se gado de qualquer espécie destinado ao consumo da população mediante o pagamento das taxas da tabela anexa.

Artigo 234º - O gado que tiver de ser abatido para consumo público, com fins comerciais, fora da zona abrangida pelo artigo anterior, fica isentos de vir ao Matadouro Municipal, sujeitos a exame e taxa devida.

Artigo 235º - O gado que tiver de ser abatido para o consumo próprio, sem fins comerciais, fica isento de vir ao Matadouro-Municipal, e isento de exame e taxa devida.

Artigo 236º - O gado para ser abatido, será recolhido pelo menos 06 (seis) horas antes, as respectivas mangueiras ou pocilgas e marcado com o sinal convencionado com cada marchante, de que se tomará nota no livro próprio que fica sob a responsabilidade do pessoal administrativo.

Artigo 237º - A matança será feita pela ordem das requisições do administrador, não podendo, sem sua autorização, nenhum animal ser abatido.

Artigo 238º - Todo o gado que entrar para o Matadouro Municipal será examinado tanto no ato da entrega como no ato de ser abatido, sendo êsse exame feito pelo administrador e pelo veterinário-Municipal ou pelo fiscal.

Artigo 239º - Fica proibido o abate de fêmeas até 05 (cinco) anos de idade, assim consideradas as que não apresentem os dentes incisivos igualados, incluindo-se na proibição, as bezerras.

§ 1º - Fica igualmente proibido o abate de machos que tiverem sido recentemente castrados.

§ 2º - Exclui-se da proibição de que trata êste artigo o abate de fêmeas, inclusive bezerros ou terneiros que, mediante prévia e rigorosa inspeção veterinária: a) demonstrem ser portadores de deficiências orgânicas que tornem antieconomica sua manutenção do rebanho; b) apresentem defeitos morfológicos, fisiológicos, ou vício que as invalidem para a reprodução; e, c) - estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate como medida profilática, exigindo-se nesse caso, a apresentação do certificado veterinário oficial.

§ 3º - Excluem-se, também, da proibição constante dêste artigo, mediante exibição de atestado oficial, as fêmeas refugiadas dos trabalhos zootécnicos que visem através de cruzamentos raças-diferentes, a formação de nova raça.

Artigo 240º - Serão regeitados:

I - Os animais de qualquer espécie que foram apresentados magros ou extenuados ou que revelem estado móbido.

II - Os órgãos onde aparecerem quaisquer indicações-móbidês acidental, alguma alteração dos tecidos ou produção verminosa, bem como as partes moles que apresentarem esquimoses, serão inutilizados, assim como fétos de qualquer idade.

Artigo 241º - Os animais que forem julgados impróprios ou nocivos para o consumo, serão imediatamente retirados e os que parecerem suspeitos serão deixados em observação, tomando-se de tudo notas minuciosas.

Artigo 242º - Se depois de morto e esquartejado qualquer animal, tiver na carne indícios de deterioração ou moléstia, o administrador fará examiná-la pelo médico sanitário ou pelo fiscal, e, se fôr julgada imprópria para o consumo, será enterrada a custo dos proprietários.

Parágrafo Único - Verificada a ocorrência, o administrador dará ciência do fato ao Prefeito que, em virtude de reclamação do interessado, poderá ordenar novo exame, por peritos.

Artigo 243º - A matança no invernó (abril à setembro) começará das 04 às 11, horas, e no verão (outubro à março), das 05 às 12 horas.

Artigo 244º - Os couros, chifres, mocotós, barrigadas e outras miudezas serão entregues, logo após o esquartejamento do animal, ao respectivo dono ou seu proposto.

Artigo 245º - Tôda a carne de animais abatidos no Matadouro, será marcada, recebendo uma guia o respectivo proprietário e não poderá ser transportadas sem satisfazer estas condições.

Parágrafo Único - A marca adotada será diariamente modificada pelo administrador do Matadouro, para necessária fiscalização nos açougues e bancas.

Artigo 246º - A critério do Prefeito o serviço de abate e transporte poderá ser feito por conta da Prefeitura, pagando os marchantes e todos os que mandarem abater gado de qualquer espécie, no Matadouro, as taxas respectivas.

Artigo 247º - O pagamento das taxas de matança será feito ao administrador do Matadouro, com fichas previamente adquiridas na Tesouraria Municipal.

Parágrafo Único - Quando fôr abatido gado de algum marchante ou particular sem o pagamento de que fôr devido à Prefeitura o administrador ficará responsável por êsse débito e pela importância da matança posterior.

Artigo 248º - O administrador poderá reter a carne dos animais abatidos, até que sejam pagas as taxas e multas devidas pelo respectivo dono.

Artigo 249º - No último dia útil do mês, o administrador prestará contas, na Tesouraria Municipal, do movimento do mês prestando ainda tôdas as informações que foream necessárias para a elucidação da arrecadação.

Artigo 250º - No Matadouro, os marchantes e seus empregados ou representantes ficarão subordinados ao administrador.

Parágrafo Único - Aquêle que desobedecer no cumprimento de seus deveres, será multado, conforme a gravidade incidente.

Artigo 251º - De cada animal que permanecer no Matadouro, por mais de 24 horas, cobrar-se-á a taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) do salário-mínimo regional, diários.

Artigo 252º - Em caso de morte natural, o animal será enterrado à custo do respectivo proprietário.

Artigo 253º - A infração de qualquer das disposições da presente lei, será punida com a multa de 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, á 1 (um) salário mínimo regional, e com dôbro na reincidência.

Parágrafo único - No matadouro as multas serão impostoas e cobradas pelo administrador

## CAPÍTULO III

## Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

### SEÇÃO I

### Da Taxa de Expediente

Artigo 254º - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação de despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de têrmos e contratos com o município.

Artigo 255º - A Taxa de que trata êste capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interêsse direto no ato do govêrno municipal, e será cobrada de acôrdo com a tabela nº IX, anexa a êste Código.

Artigo 256º - A Cobrança da Taxa de expediente será feita por meio de guia, conhecimento, ou processo mecânico na ocasião em que o ato fôr praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento fôr mal protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Artigo 257º - Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar - ou fins eleitorais.

SEÇÃO II

Das Taxas de Serviços Diversos

Artigo 258º - Pela prestação de serviços de; numeração de prédios, remoção de terra e entulhos, apreensão e deposito de - bens móveis, semoventes e mercadorias alinhamento e nivelamento e cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

I - de numeração de prédios;

II - de apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorias;

III - de alinhamento e nivelamento;

IV - de remoção de terra, entulhos e outros;

V - de cemitério.

Artigo 259º - A arrecadação das taxas de que trata - esta seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, - ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com as tabelas anexas a êste código.

CAPÍTULO IV

Da Taxa de Serviços Urbanos

Artigo 260º - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância noturna a ser devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, localizados em logradouros beneficiados por êsses - serviços.

Artigo 261º - A taxa definida no artigo anterior incidirá sôbre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Artigo 262º - A base de cálculo da taxa de serviços - urbanos é o metro de testada do imóvel, tenha ou não edificação, multiplicado pelo número de serviços prestados ou postos à diposição do contribuinte.

Parágrafo Único - Para os imóveis situados em esquinas, será considerado, para efeito de lançamento das taxas de serviços - urbanos, o seguinte:

I - se existir edificação, tomar-se-á por base de cálculo a fachada principal do prédio:

II - se não houver edificação, tomar-se-á por base de cálculo a menor metragem de testada do terreno.

Artigo 263º - A alíquota da taxa de serviços urbanos - será de 05% (cinco décimos por cento) do salário mínimo regional.

Artigo 264º - A Taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.

CAPÍTULO V

Da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem

Artigo 265º - O lançamento da taxa de conservação de Estradas de Rodagem será feito de acôrdo com o Cadastro Imobiliário Rural, com incidencia na área do imóvel.

§ 1º - Para apuração da área, fica o proprietário do imóvel rural obrigado a prestar as informações necessárias para o cadastramento.

§ 2º - A alíquota da taxa de conservação de estradas de rodagem será de 1% (um por cento) sôbre o salário-mínimo regional, por hectare.

§ 3º - Esgotado o prazo para pagamento, sofrerá um - acréscimo de 10% (dez por cento).

# TÍTULO VI

## Das Melhorias

### CAPÍTULO I

### Da Contribuição de Melhoria

Artigo 266º - A contribuição de melhoria será cobrada pelo município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para dada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos;

I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;

II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização ou iluminação de vias públicas ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos de água;

IV - atêrros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.

Artigo 267º - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

I - publicar préviamente os seguintes elementos;

a) - memorial descritivo do projeto;

b) - orçamento do custo da obra;

c) - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

d) - delimitação da zona beneficiada;

e) - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para tôda a zona ou para uma das áreas diferenciadas.

II - fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o onus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o ítem I deste artigo.

Artigo 268º - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.

Artigo 269º - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas;

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II - extra-ordinário, quando referente a obra de menor interêsse geral, solicitada por, pelo menos, dois têços dos proprietários interessados.

Artigo 270º - No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operação de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sôbre o capital empregado.

Artigo 271º - A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos, presumìvelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta desse elemento tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.

Artigo 272º - Para o cálculo, necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste Código, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único - A dedução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

Artigo 273º - No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes do loteamento aprovado ou fisicamente divididos em caráter definitivo.

Artigo 274º - Para efeito de cálculo o lançamento da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas, de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Artigo 275º - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, que de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Artigo 276º - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a contribuição de melhoria correspondente à área pavimentada fornteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada, a via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Artigo 277º - No caso de parcelamento de imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis sem que efetivamente se subdividir o primeiro.

Artigo 278º - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa á propriedade primitiva distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior.

Artigo 279º - As obras a que se refere o ítem II do artigo 269º, quando julgadas de interêsse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo ról de contribuições, em que mencionará, também a caução que couber a cada interessado.

Artigo 280º - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º - Os interessados, dentro do prazo previsto nêste artigo, deverão manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo.

§ 3º - Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, dêste artigo, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º - Em sendo prestadas tôdas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se daí em diante, na conformeidade dos dispostos relativos à execução de obras do plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somada à das cauções prestadas perfaça o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as acuções à receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Artigo 281º - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importancia lançada, de acôrdo com o processo estabelecido para reclamações contra lançamento de tributos previstos nêste Código.

Parágrafo Único - A execução das obras e melhoramentos só terá início após o julgamento das reclamações de que trata êste artigo.

Artigo 282º - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior à metade do salário-mínimo regional ou, quando superior a essa quantia em prestações mensais, semestrais ou anuais, a juros de 8% (oito por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 01 (um) ano, nem superior a 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com descontos dos juros correspondentes.

Artigo 283º - Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da administração poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Artigo 284º - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valor nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançado.

Artigo 285º - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Artigo 286º - Não sendo fixada, em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas nêste Título.

Parágrafo Único - O prefeito fixará, também, os prazos de arrecadação necessários à aplicação da contribuição de melhoria.

Artigo 287º - Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições ontidas nêste Título.

## CAPÍTULO II

### Disposições Especiais sôbre as Obras de Pavimentação.

Artigo 288º - Entende-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação, propriamente dita da parte carroçável das vias e logradouros públicos e de passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplenagem superficial, obras de escoamento local, guias, pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos, quando contratados.

Artigo 289º - A contribuição de melhoria é devida - pela execução de serviços de pavimentação:

I - em vias, no todo ou em parte, ainda não pavimentadas;

II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo - de interêsse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituído por- outro de melhor qualidade.

§ 1º - No caso de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente.

§ 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação e o da parte correspondente ao antigo, reorçado êste último com base nos preços no momento; reputar-se-á nulo, para êsse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomando-se por base tôda a diferença do custo entre os dois calçamentos.

Artigo 290º - O custo das obras de pavimentação que vierem a ser executadas nos têrmos dos artigos anteriores, será dividido entre os proprietários dos terrenos marginais às vias e logradouros- públicos beneficiados.

Artigo 291º - Para cálculo da contribuição a ser cobrada de cada proprietário marginal, não se tomará distância superior a 8 mts (oito metros) entre o meio fio e o eixo da via ou logradouro público, em se tratando de via carroçável de largura superior a 16 mts (- dezesseis metros correndo o excesso por conta da Prefeitura).

Artigo 292º - Assentado periódicamente o programa ordinário da pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.

Artigo 293º - Aprovado o orçamento de cada trecho típico e apurada a importância total a ser distribuída entre as áreas marginais, será verificada a quota correspondente a cada uma destas.

CAPÍTULO III

Disposições Especiais Sôbre as Obras de Construção de Estradas.

Artigo 294º - Entende-se por obras de construções de estradas, os trabalhos de levantamento, locação, cortes, atêrros, desatêrros, terraplenagem, pavimentação, escoamento, e suas respectivas - obras de artes, como pontes, viadutos, pontilhões, boeiros, mata-burros e outras, e, quando se tratar de obra contratada, os serviços de administração.

§ 1º - São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfáltica, poliédrica ou paralelepípedos, quando executadas em tôda a extensão de estrada, ligando uma aglomeração urbana e outra.

§ 2º - São considerados apenas de conservação as - obras de construção de desvios, retificação parcial, contrução de ponte viadutos, pontilhões, mata-burros, e ansaibramento em estradas existentes.

Artigo 295º - A contribuição de melhoria exigida na forma dêste Capítulo destina-se, exclusivamente, à indenização parcial- das despesas feitas com a construção de estradas municipais e será exigível dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes- às obras realizadas na área rural do município, quando da obra resultar benefício para os mesmos.

Artigo 296º - O custo das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições contantes do Capítulo I, dêste Título, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos- nas seguintes formas:

I - 1/6 (um sexto) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;

II - 1/12 ( um duodécimo) caberá aos proprietários dos terrenos marginais adjacentes ou não à estrada construida, mas cujos proprietários passarem mediata ou imediatamente a ser servidos pela estrada e por ela beneficiados;

III - o restante caberá à Prefeitura, à conta das quotas do Fundo Rodoviários, ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Artigo 297º - Quando a construção fôr solicitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-á custo total das obras mediante depósito prévio e integral do valor orçado.

Artigo 298º - O cálculo da contribuição exigível de cada proprietário será feito nas seguintes bases:

I - levantar-se-á um rol dos imóveis beneficiados indiretamente pela obra executada, contendo os nomeados proprietários e os valores venais de cada imóvel, excluídos os valores das benfeitorias devendo cada ról ser somado separadamente;

II - achar-se-ão, a seguir, separadamente, 1/6 (um sexto) e 1/12 (um duodécimo) do custo total das obras executadas;

III - dividindo-se o total de cada ról pela quantia correspondente a 1/6 (um sexto) ou a 1/ 12 ( um duodécimo) do custo da obra, conforme o caso obter-se-á um quociente que dividido pelo valor venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a êsse terreno.

Artigo 299º - Aplicam-se, quanto aos condôminos, ao lançamento e à arrecadação desta taxa as disposições constantes do Capítulo I, dêste Título.

## TÍTULO VII

## Dos Serviços de Abastecimento de Água

### CAPÍTULO I

### Da Ligação de Água

Artigo 300º - É obrigatória a ligação à rede de abastecimento de água de todos os prédios situados em ruas dotadas dêsse serviço.

§ 1º - Não é permitido o abastecimento de água a mais de um prédio através do mesmo ramal domiciliário.

§ 2º - Quando um prédio térreo tiver dependências distintas, de economica separada, deverá ter tantas ligações, quantas forem essas dependencias.

§ 3º - Em prédio de mais de um pavimento, com compartimento, térreos independentes dos andares superiores, o abastecimento será feito por maio de tantas ligações quantas forem as dependências do andar térreo e mais uma ligação para os andares superiores.

§ 4º - As ligações para casas de vilas ou de ruas particulares serão feitas separadamente, para cada uma das casas, derivando-se os ramais domiciliários da canalização distribuidora da vila ou rua particular.

Artigo 301º - A ligação de qualquer prédio à rêde de água será feita mediante requerimento do interessado a Prefeitura e prévio pagamento da importância orçada para que ela execute o serviço.

Parágrafo Único - Compete exclusivamente à Prefeitura a execução e a conservação do ramal domiciliário de suas peças, êsse serviço será feito a custa do interessado.

Artigo 302º - As canalizações internas e demais instalações de suprimento de água do prédio situado depois do hidrômetro serão feitas e conservadas à custa do interessado, por encanadores habilitados pela Prefeitura e segundo as normas indicadas por ela.

Artigo 303º - Não é permitido qualquer extensão de canalização interna de um prédio para subir outro ou outros prédios.

Artigo 304º - O ramal domiciliário será constituído de tubos de aço galvanizado, obedecendo as especificações, brasileiras, seu diâmetro será determinado pela Prefeitura, de acôrdo com a pressão disponível e com consumo normal do prédio.

Artigo 305º - Quando houver grande necessidade de grandes consumos a critério da Prefeitura, poderão ser construidos depósitos em cota piezamétrica conveniente providos de bombas de funcionamento automático.

§ 1º - Tais depósitos deverão ser colocados em pontos que tornem fácil sua periódica inspeção e limpeza, a qual deverá ser feita pelo menos cada semestre.

§ 2º - Em caso algum poderá a bomba aspirar a água diretamente da canalização distribuidora pública, por intermédio do ramal domiciliário.

Artigo 306º - A cêrca de 50 cm (cinquenta centímetros) muros divisório do prédio serão colocados no ramal domiciliário, ao nível do passeio, devidamente obrigados em caixa de concreto ou alvenaria e um hidrômetro.

Parágrafo Único - Além dêsse registro existirá outro, localizado dentro do prédio, para uso do consumidor.

Artigo 307º - No caso de concessões especiais de cisternas, poços freáticos, poços semi-urgentes ou outras captações particulares para uso industrial ou higiênico deverão as mesmas ser providas de rêde distribuidora própria, sem qualquer ligação-direta ou indireta, com a rêde pública, abastecedora do prédio.

§ 1º - Essas instalações serão submetidas à aprovação, em caráter precário, e à fiscalização da Prefeitura.

§ 2º - Quando a Prefeitura julgar convenientes, tais instalações serão providas de dispositivo para ratamento de água, serão interditadas, em caso de contaminação que comprometa o abastecimento, ameaçando a higiêne ou particular.

§ 3º - Sendo permitido a título precário essas instalações só substituição enquanto a Prefeitura julgar conveniente.

Artigo 308º - Todo serviço no raml domiciliário, entre a canalização, distribuidora pública e o hidrômetro é privativo da Prefeitura, sendo vedado a estranhos a executá-lo ou modificá-lo.

Parágrafo Único - Ao encanador habilitado pela Prefeitura que transgredir à presente disposição será cassada sua carteira de habilitação.

## CAPITULO III

### Do Suprimento da Taxa de Água.

Artigo 309º - a abertura e o fornecimento de água serão solicitadas à Prefeitura pelo próprio consumidor, o qual deverá, na ocasião, comprovar sua própria identidade.

Artigo 310º - O consumidor responderá pelo dispendio de água motivado pela ruptura da canalização, interna do prédio, ou por qualquer fuga de água fácil verificação.

Artigo 311º - Se o consumo aumentar devido a perda de água, em canalizações anterradas, ou qualquer outro ponto em que a fazação não só vez uma importância que, no máximo, deverá corresponder a diferença entre essa e a do mês anterior.

Artigo 312º - Quando não for possível a leitura do hidrômetro durante o mês, a conta corresponderá a média de consumo dos dois últimos meses.

Artigo 313º - A taxa de consumo de água será cobrada do consumidor, de acôrdo com a tabela anexa nº X compreendendo uma parte fixa correspondente ao dispêndio reputado normal e outra variável, ou de excesso, conforme o gasto extraordinário ou superior ao normal.

Artigo 314º - A taxa de conservação dos hidrômetros será cobrado juntamente com a taxa fixa de acôrdo com a tabela anexa nº X.

Artigo 315º - Verificada uma exagerada variação do consumo, sem motivo aparente, à Prefeitura procederá a substituição do hidrômetro para a sua imediata reparação e aferiação.

Artigo 316º - Quando o consumo medido fôr julgado exagerado pelo consumidor deverá êle solicitar a Prefeitura, por escrito, exame das condições de funcionamento de medidor.

§ 1º - Deferido o pedido a Prefeitura providenciará a substituição do hidrômetro e determinará em seu laboratório de usuários, seus erros de indicação em diversos regimes de funcionamento.

§ 2º - Caso os erros de indicação sejam superiores aos limites de tolerância de + ou - 5% (mais ou menos cinco por cento) tôdas as despesas decorrentes da substituição e do ensaio de hidrômetro correrão por conta da Prefeitura, em caso contrário caberá ao consumidor o pagamento das despesas efetuadas.

Artigo 317º - O recebimento da taxa de consumo de água e da taxa de conservação doshidrômetros será feita, mensalmente na tesouraria municipal.

Parágrafo Único - As contas que forem pagas decorridos mais de 10 (dez) dias da data de sua apresentação, sofrerão acréscimo de 10% (dez por cento).

Artigo 318º - O consumidor que não efetuar o pagamento de sua conta durante dois meses consecutivos, terá o fornecimento de água de seu prédio interrompido.

Parágrafo Único - A água só será reaberta depois de pago pelo consumidor todo o débito existente, e mais a taxa de nova abertura de água.

Artigo 319º - Nenhum suprimento de água far-se-á gratuitamente.

## CAPÍTULO III

### Das Contravenções e suas penalidades

Artigo 320º - Quem executar qualquer serviço que prejudique as instalações públicas da rêde de água, conduzir para a canalização de água, corrente elétrica das instalações prediais, construir derivações do ramal domiciliário, desviá-lo, de sua direção ou alterar seu normal funcionamento, será obrigado a indenizar o dano causado, pagando os consertos ou reconstrução exigidas (os quais serão feitos pela Prefeitura) além de incorrer em multa de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo regional.

Artigo 321º - Todo o proprietário que dentro do prazo estipulado pela Prefeitura, não tiver cumprido a exigência constante do artigo 300º quando notificado das determinações dos parágrafos 2º e 3º do artigo 307º deste Código, terá o seu prédio interditado, de acôrdo com legislação em vigôr.

Artigo 322º - Verificando a Prefeitura que as instalações hidraulicas do prédio não forem construidas de acôrdo com as exigências dêste regulamento, por culpa do encanador incumbido do serviço, ou que êste tenha feito ligações clandestinas, ser-lhe-á aplicada a pena de suspensão, que por prazo fixado pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Em caso de reincidencia ser-lhe-á cassada a carta de habilitação.

Artigo 323º - Incorrerá na multa de 20% (vinte por cento) sôbre o salário mínimo regional, e terá seu suprimento de água interrompido e ficará obrigado ao pagamento dos consertos necessários.

a) quem fizer ligações clandestinas

b) quem se utilizar de ligação de outrem, para seu - suprimento de água.

c) quem tirar água diretamente da canalização distribuidora pública ou do ramal domiciliário, por meio de bomba ou outro - dispositivo de sucção;

d) quem servir a outro prédio ou a terceiros por derivação de sua instalação de água;

e) quem danificar o hidrômetro, impedir ou alterar - seu correto funcionamento;

Parágrafo Único - Em todos êsses casos o suprimento de água somente restabelecido será depois da eliminação dos danos causados e do pagamento da multa e da taxa de nova abertura de água, no valor de 01% (um) por cento sobre o salário-mínimo regional.

Artigo 324º - É proibido o uso da água da canalização para aguar ruas, pomares e lavagens de carros.

Parágrafo Único - Aquêle que infringir êste regulamento terá seu abastecimento de água desligado e incorrerá na multa de 20% (vinte por cento), sobre o salário mínimo regional, além da taxa de reeligação.

## TÍTULO VIII

## CAPÍTULO ÚNICO

### Das Disposições Finais

Artigo 325º - Salário-mínimo, para efeito dêste Código, é o vigente no Município a 31 de dezembro do ano anterior àquêle em que se efetuar o lançamento ou se aplicar a multa.

Parágrafo Único - Serão desprezadas as frações inferiores a Cr$-0,10-(dez centavos) e, no caso de parcelas em que hajam - frações na parte decimal, o arredondamento deverá ser feito para mais - se efetuado, ao ser considerado o salário-mínimo regional para os efeitos de cálculo previstos neste Código.

Artigo 326º - Serão desprezadas as frações de Cr$- - 1,00-(hum crizeiro) na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano.

Artigo 327º - Êste código, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1972, revogadas as disposições em contrário.

Meridiano, 10 de janeiro de 1972.

DONATO MARCELO BALBO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e Registrado na Secretaria desta Prefeitura Municipal e fixado em lugar de costume na data supra

HERMENEGILDO BALDIN
SECRETÁRIO

# T A B E L A -I-

PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPÔSTO SÔBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

| D I S C R I M I N A Ç Ã O | ALÍQUOTA |
|---|---|
| I. Médicos, dentistas e veterinários | 40% sal.mínimo |
| II. Enfermeiros, protéticos (prótese dentária) obstetras, ortópticos, foneaudiólogos, psicólogos. | 40% sal.mínimo |
| III. Laboratório de análises clínicas e eletricidade médica. | 40% sal.mínimo |
| IV. Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica | 3% rec.bruta |
| V. Advogados ou provisionados | 40% sal.mínimo |
| VI. Agentes da propriedade industrial | 20% sal.mínimo |
| VII. Agentes da propriedade artística ou literária. | 20% sal.mínimo |
| VIII. Peritos e avaliadores | 20% sal.mínimo |
| IX. Tradutores e Intérpretes. | 30% sal.mínimo |
| X. Despechantes e escritório de contabilidade | 3% rec.bruta |
| XI. Economistas. | 40% sal.mínimo |
| XII. Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade | 30% sal.mínimo |
| XIII. Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramos de indústria ou comércio explorados pelo prestador de serviço). | 3% rec.bruta |
| XIV. Datilografia, estenografia, secretaria e expediente. | 20% sal.mínimo |
| XV. Administração de bens ou negócios, inclusive os serviços executados por instituições financeiras | 3% rec.bruta |
| XVI. Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-óbra, inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por êle contratados. | 3% rec.bruta |
| XVII. Engenheiros, arquitetos, ubbanistas | 40% sal.mínimo |
| XVIII. Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos. | 30% sal.mínimo |

| DISCRIMINAÇÃO | ALÍQUOTA |
|---|---|
| XIX. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao I.C.M.) | 3% rec.bruta |
| XX. Demolição; conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores nêles instalados), estradas, pontes e congêneres, (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao I.C.M.) | 3% rec.bruta |
| XXI. Limpeza de imóveis | 3% rec.bruta |
| XXII. Raspagem e lustração de assoalhos | 3% rec.bruta |
| XXIII. Desinfecção e higienização | 3% rec.bruta |
| XXIV. Lustração de bens móveis, (quando o serviço fôr prestado a usuário final do objeto lustrado). | 3% rec.bruta |
| XXV. Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza: | % sal.mínimo |
| a) 1ª classe - por cadeira; | 30% |
| b) 2ª classe - por dadeira; | 25% |
| c) 3ª classe - por cadeira; | 20% |
| XXVI. Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres | 3% rec.bruta |
| XXVII. Transporte e comunicações de natureza estritamente municipal | 3% rec.bruta |
| XXVIII. Diversões públicas: | |
| a) teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, táxi-dancings e congêneres | 5% custo ou valor do ingresso, - mov.bruto ou serv |
| b) exposições com cobrança de ingresso; | 5% idem idem |
| c) bilhares, boliches e outros jogos permitidos | 5% rec.bruta |
| d) bailes "shows", festivais, recitais e congêneres | 5% rec.bruta ou ingresso. |
| e) competições esportivas ou de natureza física ou intelectual, com ou semparticipação dos espectador, inclusive as realizadas em auditórios e estações de rádio ou televisão | 5% idem idem |
| f) execução de música mediante transmissão, por qualquer processo. | 5% rec.bruta |
| XXIX. Organização de festas; "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao I.C.M.) | 5% rec.bruta |
| XXX. Agências de turismo, passeios e excursões, - guias de turismo | 5% rec.bruta |
| XXXI. Intermédiação, inclusive corretagem de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos ítens LVIII e LIX. | 3% rec.bruta |

| DISCRIMINAÇÃO | ALÍQUOTA |
|---|---|
| XXXII. Agenciamento e representação de qua quer natureza, não incluídos no ítem anterior e nos -ítens LVIII e LIX. | 3% rec.bruta |
| XXXIII. Análiees técnicas. | 20% sal.mínimo |
| XXXIV. Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres | 40% sal.mínimo |
| XXXV. Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sitemas de publicidades elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio. | 5% rec.bruta |
| XXXVI. Aramzéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos | 3% rec.bruta |
| XXXVII. Depósitos de qualquer natureza exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras). | 3% rec.bruta |
| XXXVIII. Guarda e estacionamento de veículos | 3% rec.bruta |
| XXXIX. Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação quando incluído no prêço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao impôsto sôbre serviços). | 3% rec.bruta |
| XL. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em consêrto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no ítem XLI). | 3% rec.bruta |
| XLI. Consêrto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao I.C.M.) | 3% rec.bruta |
| XLII. Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao I.C.M.) | 3% rec.bruta |
| XLIII. Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados à comercialização ou industrialização). | 3% rec.bruta |
| XLIV. Ensino de qualquer grau ou natureza. | 3% rec.bruta |
| XLV. Alfaiates, modistas, costureiros prestados ao usuários final, quando o material, salvo o de aviamento seja fornecido pelo usuário. | 3% rec.bruta |
| XLVI. Tinturaria e lavanderia. | 3% rec.bruta |
| XLVII. Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização. | 3% rec.bruta |
| XLVIII. Instalação e montagem de aparelhos máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por êle fornecido (excetua-se a prestação do serviço público, a autarquias, e emprêsas concessionárias de produção de energia elétrica). | 3% rec.bruta |
| XLIX. Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço | 3% rec.bruta |

| DISCRIMINAÇÃO | ALÍQUOTA |
|---|---|
| L. Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gração de "video-taps" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruidos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora. | 3% rec.bruta |
| LI. Cópia de documentos e outros papéis, plantas e e desenhos, por qualquer processo não incluído no ítem anterior. | 3% rec. bruta |
| LII. Locação de bens móveis. | 3% rec.bruta |
| LIII. Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e tolitografia. | 3% rec.bruta |
| LIV. Guarda, tratamento e amestramento de animais | 3% rec.bruta |
| LV. Florestamento e reflorestamento | 3% rec.bruta |
| LVI. Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução que fica sujeito ao ICM.) | 3% rec.bruta |
| LVII. Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos. | 3% rec.bruta |
| LVIII. Agenciamento, corretagem ou intemediação de câmbio e de seguros. | 3% rec.bruta |
| LIX. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades distribuidoras de títulos e valores e sociedade de corretores, regularmente autorizados a funcionar). | 3% rec.bruta |
| LX. Encadernação de livros e revistas | 3% rec.bruta |
| LXI. Aerofotogrametria | 3% rec.bruta |
| LXII. Cobranças, inclusive de direitos autorais | 3% rec.bruta |
| LXIII. Distribuição de filmes cinematográficos e "video-taps". | 3% rec.bruta |
| LXIV. Distribuição e venda de bilhetes de loterias | 5% rec.bruta |
| LXV. Emprêsas funerárias | 3% rec.bruta |
| LXVI. Taxidermistas. | 40% sal.mínimo |

Visto

# T A B E L A  II

DA TAXA DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMERCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| I - Estabelecimentos de Produção, Comércio e Indústria: | |
| a) - tabela fixa (anual) | |
| 1ª Categoria | 20% |
| 2ª Categoria | 15% |
| 3ª categoria | 10% |
| b) - por empregado registrado ou não (anual) | 5% |
| II - Estabelecimento de Prestação de Serviço: | |
| B A N C O S: | |
| a) - tabela fixa (anual) | 100% |
| b) - por empregado (anual) | 5% |
| DEMAIS ATIVIDADES: | |
| a) tabela fixa (anual) | 20% |
| b) por empregado registrado ou não | 5% |

# T A B E L A  III

PARA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | ALÍQUOTA |
|---|---|
| I. Taxa de licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais em Horários Especiais. | % Sal.mínimo |
| PRORROGAÇÃO DE HORÁRIOS: | |
| 1. até às 22,00 horas: | |
| a) por dia | 3% |
| b) por mês | 10% |
| c) por ano | 30% |
| 2. Além das 22,00 horas | |
| a) por dia | 3% |
| b) por mês | 20% |
| c) por ano | 50% |
| ANTECIPAÇÃO DE HORÁRIOS: | |
| a) por dia | 0,5% |
| b) por mês | 10% |
| c) por ano | 30% |
| II. Taxa de licença para Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante. | % sobre o salário mínimo regional |

| COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE | DIA | MÊS | ANO |
|---|---|---|---|
| alimentos preparados, inclusive refrigerantes para venda em balcões, barracas ou mesas | 5% | 20% | 30% |
| aparelhos elétricos de uso doméstico | 5% | 20% | 30% |
| armarinhos e miudezas | 5% | 20% | 30% |
| artefatos de couro | 5% | 20% | 30% |
| artigos carnavalescos (máscaras confétis, serpentinas, lança-perfumes e artigos congêneres). | 5% | 20% | 30% |
| artigos para fumantes | 5% | 20% | 30% |
| artigos não especificados nesta tabela | 5% | 20% | 30% |
| artigos de papelaria | 5% | 20% | 30% |
| artigos de toucador | 5% | 20% | 30% |

| COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE | DIA | MÊS | ANO |
|---|---|---|---|
| baralhos e outros artigos de jogos considerados de azar | 5% | 20% | 30% |
| brinquedos e artigos ornamentais para presentes | 5% | 20% | 30% |
| fogos de artifícios | 5% | 20% | 30% |
| frutas nacionais e estrangeiras | 5% | 20% | 30% |
| gêneros e produtos alimentícios, aves, ovos, doces,- frutas, queijos, peixes, carne e etc. | 5% | 10% | 20% |
| jóias e relógios | 5% | 20% | 30% |
| louças, ferragens e artefatos de plásticos e de borracha, vassouras, escôvas palhas-de-aço, e semelhantes. | 5% | 20% | 30% |
| peles, peliças, plumas ou confecções de luxo | 5% | 20% | 30% |
| revistas, livros e jornais | — | — | — |
| tecidos e roupas | 5% | 30% | 50% |

# T A B E L A IV

## TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS PARTICULARES

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | | % salário-mínimo |
|---|---|---|
| CONSTRUÇÕES: | | |
| Barrações nos quintais de casas residenciais; área útil de piso coberto: | | |
| a) - nas áreas urbanas | m2 | 03% |
| b) - nas áreas de expansão urbana e nos povoados | m2 | 0,2% |
| Dependências em prédios residenciais; área útil de piso coberto: | | |
| a) - nas áreas urbanas | m2 | 0,3% |
| b) - nas áreas de expansão urbana e povoados | m2 | 0,2% |
| Dependências em prédio utiluzado por estabelecimento de qualquer natureza; área útil | m2 | 0,3% |
| Drenos, sarjetas, paredes e muros divisórios, por metro linear | m | 0,3% |
| EMBARCAÇÕES: | | |
| a) de grande calado | — | — |
| b) de pequeno calado | — | — |
| c) barcos, saveiros, lanchas, botes e etc. | — | — |
| Estaleiros | — | — |
| fôrnos de padaria | cada | 2% |
| Fossas - (cada uma) | cada | 2% |
| Galpões para qualquer fim; área útil de piso coberto | m2 | 0,3% |
| Garagens e postos de lubrificação; área útil de - piso coberto | m2 | 0,3% |
| Muros com gradil ou não; metro linear | | |
| a) nas áreas urbanas | m | 0,3% |
| b) nas áreas de expansão urbana e nos povoados | m | 0,2% |
| Obras não especificadas nesta tabela; área útil - de piso coberto | m2 | 0,3% |
| Obras pequenas ou acréscimos, de área de difícil-medição, não especificadas nesta tabela | m2 | 0,3% |

| ESPECIFICAÇÃO | | % salário-mínimo |
|---|---|---|
| Prédios residenciais de mais de um pavimento; área útil de piso coberto: | | |
| a) nas áreas urbanas | m2 | 0,3% |
| b) nas áreas expansão urbanas e nos povoados | m2 | 0,2% |
| Prédios de um ou mais pavimentos a serem usados em atividades industrais, comerciais ou profissionais; área útil de piso coberto | m2 | 0,3% |
| RECONSTRUÇÕES: | | |
| As licenças para reconstruções, parciais, pagarão a taxa de acôrdo com sua natureza pela metade do que estiver especificado nesta tabela, para as contruções | - | - |
| CONSÊRTOS E REPAROS: | | |
| Diversos-chaminés, pilares, portões, fossas e outras instalações externas similares | cada | 0,5% |
| Fachadas, desde que não se trate de reconstrução | m2 | 0,3% |
| Muros; metro linear | m | 0,2% |
| Pequenos serviços em prédios | - | 1% |
| Telhados, desde que não se trte de construção | m2 | 0,2% |
| OBRAS DIVERSAS: | | |
| Abertura de portões: | | |
| a) em prédios residenciais | cada | 0,5% |
| b) em prédios ocupados com estabelecimentos de qualquer natureza | cada | 1% |
| Andaimes - no alinhamento do logradouro inclusive tapumes, para construção, reconstrução, pintura ou reparos gerais de prédios, por seis mêses ou fração metro linear | m | 0,3% |
| Cortes em mio fio para entrada de automóveis; metro linear | m | 1% |
| Demolição de edificação a ser demolida:área a ser demolida | m2 | 0,5% |
| Lajeamento de páteos e quintais; área a ser lajada | m2 | 0,3% |
| Marquises de vidro, metal ou outro material, a serem colocados em prédio comercial ou industrial; cada uma | cada | 1% |
| Mudança de bomba de gasolina, ou outro combustível líqueido, de um local para outro | - | 2% |
| Toldos ou cobertas movediças a serem colocados nas fachadas de prédios | | |
| a) comerciais e industriais; cada uma | cada | 1% |
| b) em prédios residenciais; cada um | cada | 0,5% |
| ARRUAMENTOS: | | |
| a) com área de até 20.000m2(vinte mil metros quadrados), descontadas as destinadas a logradouro públ. | - | 100% |
| b) Com mais de 20.000 m2 (vinte mil metros quadrados), por metro que exceder, além da taxa fixa de 100% do salário mínimo | m2 | 0,2% |
| LOTEAMENTOS: | | |
| a) com área de até 10.000 m2 (dez mil metros quadrados), descontadas as designadas a logradouros públ e as que serão doadas ao Município | - | 100% |
| com mais de 10.000 m2 (dez mil mtros quadrados), por metro que exceder além da taxa fisa de 100%do sal. min. | m2 | 0,2% |

# T A B E L A V

## TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | % sôbre o salário-mínimo regional |
|---|---|
| Alto-falante, rádio, vitrola e congêneres por aparelho e por ano, quando permitido no interior de estabelecimentos comerciais industriais ou profissionais. | 10% |
| ANÚNCIOS: | |
| a) sob a forma de cartaz; cada um | 3% |
| b) em mesas, cadeiras ou bancos, toldos, bambinelas, capotas, cortinas e semelhantes | 0,5% |
| c) no interior de veículo; por veículo e por ano. | 0,5% |
| d) no exterior de veículo; por veículo e por ano. | 2% |
| e) em veículos destinados especialmente à propaganda por veículo e por dia | 0,5% |
| f) conduzido por uma ou mais pessoas; cada um, por dia | 0,5% |
| g) distribuido em mão ou a domicílio; milheiro ou fração. | 2% |
| h) colocado no interior de estabelecimento quando estranho à atividade dêste; por anúncio e por ano | 0,5% |
| i) em pano de bôca de teatro ou casa de diversões; por anúncio e por mês | 0,3% |
| j) projetado na tela de cinema; por filme ou chapa; por dia | 0,1% |
| l) pintado na via pública, quando permitido; por metro quadrado e por dia | 0,5% |
| m) em faixas, quando permitido; por dia | 0,5% |
| Emblema, escudo ou figura decorativa; por unidade e por ano | 0,5% |
| Letreiro - placa ou dístico metálico ou mão, com indicação de profissão, arte, ofício comércio ou indústria, nome ou endereço, quando colocado na parte externa de qualquer prédio; por letreiro, placa ou dístico; por ano. | 5% |
| Mostruário - colocado na parte externa dos estabelecimento comerciais, ou em galerias estações, abrigos, etc., por mostruário e por ano. | 3% |

| ESPECIFICAÇÃO | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| Painel: | |
| a) - painel, cartaz ou anúncio colocado em circos ou casas de diversões, por unidade e por mês. | 1% |
| b) - Idem, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edifícios; por metro quadrado ou fração; por ano. | 3% |
| c) - painel, cartaz ou anúncio, colocados em casas de diversões; por unidade e por ano | 3% |
| Propaganda: | |
| a) oral, feita por propagandista; por dia | 0,5% |
| b) idem, por mês | 2% |
| c) idem, por ano | 5% |
| d) por meio de música; por dia | 0,5% |
| e) por meio de animais( circo e etc) por dia | 0,5% |
| f) por meio de alto-falantes, por dia | 0,5% |
| Vitrina: | |
| a) em qualquer estabelecimento comercial ou industrial, sem projeção, ocupando parcialmente o vão de portas: por vitrina e por ano | 2% |
| b) idem, com saliência máxima de 25 cms (vinte e cinco centímetros) para o logradouro público; por vitrina e por ano | 2% |
| c) idem, ocupando totalmente o vão das portas, por vitrina e por ano | 2% |
| d) para a exposição de artigos estranhos ao negócio do estabelecimento ou alugada a terceiros; por vitrina e por ano. | 4% |

# T A B E L A  VI

## TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

| E S P E C I F I C A Ç Õ E S | %sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estacionamento privativo de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Prefeitura, por prazo e a critério desta: | |
| a) por dia e por metro quadrado | 0,2% |
| b) por mês e por metro quadrado | 0,5% |
| c) por ano e por metro quadrado | 2% |
| Espaço ocupado com mercadoria, nas feiras, sem uso de qualquer móvel ou instalação, por metro quadrado e por dia | 0,2% |
| Espaço ocupado por circos e parques de diversões, por soma e fração e por metro quadrado. | 0,2% |

Visto

# T A B E L A  VII

TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE BOVINO, SUINO, CAPRINO, OVINO E ETC. NO MATADOURO MUNICIPAL E FORA DO MATADOURO MUNICIPAL, E TRANSPORTE

| E S P E C I F I C A Ç Õ E S | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| ABATE NO MATADOURO MUNICIPAL: | |
| Por cabeça de gado bovino ou vacum | 3% |
| Por cabeça de suino | 2% |
| Por cabeça de animal de outra espécie | 2% |
| TRANSPORTE COM VEÍCULO DA MUNICIPALIDADE: | |
| Por cabeça de gado bovino ou vacum | 1% |
| Por cabeça de suino | 1% |
| Por cabeça de animal de outra espécie | 1% |
| ABATE FORA DO MATADOURO MUNICIPAL: | |
| Por cabeça de gado bovino ou vacum | 3% |
| Por cabeça de suino | 2% |

# T A B E L A  VIII

TABELA PARA O LANÇAMENTO E A COBRANÇA DE TAXAS

DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS:

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| TAXAS DE EXPEDIENTE: | |
| Alvarás: | |
| a) de licença concedida ou transferida | 5% |
| b) de qualquer outra natureza | 3% |
| Atestados: | |
| a) por lauda até 33 (trinta e três) linhas | 5% |
| b) sôbre o que exceder, por lauda ou fração | 2% |
| Aprovação de arruamento ou loteamento: | |
| Cada decreto contendo aprovação parcial ou geral de arruamnto ou loteamento de terreno. | 10% |
| Baixa de qualquer natureza, em lançamentos ou registros | 5% |
| Certidões: | |
| a) por lauda até 33 (trinta e três) linhas | 10% |
| b) sôbre o que exceder, por lauda ou fração | 2% |
| c) busca, por ano, além das taxas da alíneas "a" e "b" | 2% |
| d) de quitação | 10% |
| Concessões - ato do Prefeito concedendo: | |

| ESPECIFICAÇÃO | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| a) favores, em virtude de lei municipal, sôbre o valor da concessão | 2% |
| b) privilégio individual ou à emprêsa, concedido pelo município, sôbre o valor efetivo ou arbitrado. | 0,5% |
| c) permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade | 0,5% |
| Contratos com o Município: sôbre o valor do contrato | |
| Guias apresentadas às repartições municipais, para qualquer fim, excluídas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos serviços de administração. | 0,25% |
| Petições, requerimentos, recursos ou memoriais, dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais: | |
| a) por lauda até 33 (trinta e três) linhas | 0,5% |
| b) cada documento anexado; por fôlha | 0,1% |
| c) sôbre o que exceder; por lauda ou fração | 0,2% |
| Têrmos e registros de qualquer natureza, lavrados em livros municipais; por página de livro ou fração | 0,5% |
| Prorrogação de prazo de contrato com o município; sôbre o valor da prorrogação | 1% |
| TÍTULOS: | |
| de perpetuidade de sepultura, jazigo, carneiro, mausoléu ou ossuário | 2% |
| a) de contrato de qualquer natureza, além do têrmo respectivo | 5% |
| b) de local, de firma ou ramo de negócio | 3% |
| c) de veículo, por veículo | 2% |
| d) de privilégio de qualquer natureza; sôbre o valor efetivo arbitrado | 0,2% |

# T A B E L A  IX

## TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

| E S P E C I F I C A Ç Õ E S | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| I. Taxa de Numeração de Prédios<br>Por emplacamento | 1% |
| Nótula: além da taxa será cobrado o preço de custo da placa fornecida (como receita patrimonial) | |
| II. Taxa de Apreensão e Depósito de Bens Móveis, Semoventes e Mercadorias; | |
| Apreensão e ou arrecadação de bens móveis semoventes e mercadorias abandonados nas vias públicas, - por unidade. | 5% |
| III. Alinhamento: | |
| alinhamento de terrenos para construção de qualquer natureza ou qualquer outro fim por metro linear. | 0,5% |
| IV. Nivelamento: | |
| nivelamento de terrenos para construção de qualquer natureza ou qualquer outro fim por metro quadrado. | 0,5% |
| V. Remoção de terra e entulhos: | |
| a) Remoção de terra: posta em vias e logradouros públicos por proprietários de imóveis ou responsáveis, será cobrada a taxa, feita por viagem com caminhão basculante, de | 5% |
| b) Remoção de terra para aterragem de poço, fossa terraplenagem de lotes, ou para outros fins, - cobrar-se-á por viagem de terra, transportada por basculante, a quantia correspondente a | 5% |
| c) Remoção de entulhos colocados nas vias e logradouros públicos (exceto o lixo domiciliar), cobrar-se-á por viagem de entulhos, transportados por basculantes, a quantia correspondente a | 5% |
| VI. LIMPEZA DE TERRENOS: | |
| a) roçar: com equipamentos mecânicos ou trabalho braçal, por metro quadrado | 0,05% |
| b) capinar: por metro quadrado | 0,10% |

Visto

| ESPECIFICAÇÕES | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| VII. Taxa de Cemitério: | |
| 6. Taxa de Inumação em Sepultura Rasa: | |
| 1. de adulto por cinco anos | 3% |
| 2. de infante por três anos | 1,5% |
| 7. Inumação em carneiro: | |
| 1. de adulto por cinco anos | 3% |
| 2. de infante por três anos | 1,5% |
| 8. Prorrogação de prazo: | |
| 1. de sepultura rasa por cinco anos | 3% |
| 2. de carneiro por cinco anos | 4% |
| 9. Perpetuidade: | |
| 1. de sepultura rasa por metro quadrado | 8% |
| 2. de carneiro | 8% |
| 3. de jazigo (carneiro duplo, geminado) por m2 | 8% |
| 10. Exumações: | |
| 1. Antes de vencido o prazo regularmentar de decomposição | 20% |
| 11. DIVERSOS: | |
| 1. abertura de sepultura, carneiro, jazigo ou mausoléu, perpétuo, para nova inumação | 7% |
| 2. Entrada de ossada no cemitério | 7% |
| 3. retirada de ossada do cemitério | 7% |
| 4. remoção de ossada do interior do cemitério | 5% |
| 5. Permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obras de embelizamento | 4% |
| 6. Emplacamento | 0,5% |
| 7. ocupação de ossário por cinco anos | 1% |
| N O T A S : | |
| 1. Nos cemitérios das vilas e povoados, as taxas serão cobradas pela metade. | |
| 2. Além das taxas do nº 11, será cobrada à parte o custo da construção do carneiro jazigo ou nicho, de acordo com o orçamento organizado pela repartição competente a Prefeitura: | |
| 3. As taxas estabelecidas cobrirão apenas os serviços de escavação e enchimento de sepulturas carneirós e jazigos, os de demolição de baldrames, lápides ou mausoléus e reconstrução serão orçados e cobrados à parte. | |

# T A B E L A X

## TABELA DE COBRANÇA DA TAXA DE ÁGUA

| E S P E C I F I C A Ç Ã O | % sôbre o salário mínimo regional |
|---|---|
| 1. TABELA DE COBRANÇA DA TAXA MÍNIMA MENSAL | |
| residência servida apenas por cavalete | 2% |
| residência com instalação interna | 3% |
| residência frente comercial dotada de instalação interna | 4% |
| animais por cabeça | 0,30% |
| 2. TABELA DE COBRANÇA DE CONSUMO DE AGUA POR METRO CÚBICO | |
| até 20 mts3 | 3% |
| de 20 mts3 a 30 mts3 | 4% |
| de 30 mts3 a 50 mts3 | 5% |
| de 50 mts3 a 75 mts3 | 7% |
| de 75 mts3 a 100 mts3 | 10% |
| 3. CONSERVAÇÃO D HIDRÔMETRO POR MÊS | 0,3% |
| 4. Acima de 100 mts3 de consumo mensal, o contribuinte será obrigado a providenciar abastecimento próprio através de poço profundo: | |